



ACÇÃO SOCIALISTA



50 ANOS DA ACÇÃO  
SOCIALISTA PORTUGUESA  
**UM MARCO HISTÓRICO  
NA VIDA DOS  
SOCIALISTAS**

PÁGS. 6 E 7



# PS TEM ESTRATÉGIA PARA O PAÍS QUE FALTOU À DIREITA

PÁGS. 4 E 5

NESTA  
EDIÇÃO

**SUPLEMENTO XX CONGRESSO PS**

# Quente & Frio

## A ESCALDAR Estado de Citius continua

Por falta de provas foi arquivado o inquérito da PGR relativo às suspeitas de alegada sabotagem no programa Citius. O PS, pela voz do seu deputado Pita Ameixa, concluiu que a queixa apresentada pela ministra da Justiça foi "uma manobra para arranjar bodes expiatórios" e pediu a demissão de Paula Teixeira da Cruz. Entretanto, o estado de sítio continua na Justiça.

## QUENTE Médicos emigram em massa

Só em 2014 cerca de 300 médicos abandonaram o país, na sua maioria jovens profissionais. As contas são da Ordem dos Médicos. Uma situação que ocorre num país onde cerca de um milhão de pessoas permanece sem médico de família. Perante este drama que o país assiste da emigração dos seus jovens quadros, com consequências para o nosso futuro coletivo, da parte do Governo há um silêncio ensurdecedor.

## FRIO O ministro do assistencialismo

Pedro Mota Soares, que tem a pasta do Emprego e Segurança Social do Governo Passos/Portas, é a prova acabada de que a direita tem uma visão assistencialista da proteção social. Mas a última diatribe deste governante que se diz democrata-cristão, pasme-se, é o despedimento encapotado de cerca de 700 trabalhadores da Segurança Social que foram colocados em mobilidade especial (que agora se chama requalificação). Ou seja, uma forma cínica de falar em despedimentos numa área onde de norte a sul os cidadãos passam horas para serem atendidos aos balcões da Segurança Social.

## GELADO Direita gelada com medo de Costa

Desde que António Costa venceu as primárias no PS assiste-se um fenómeno na direita que tem vindo em crescendo. A direita não consegue esconder que treme de medo com a eleição de António Costa. Por isso, desde a primeira hora, a direita, desde os governantes, até deputados, passando por cronistas, comentaristas e dirigentes locais do PSD e CDS de manhã à noite só falam, falam, falam de António Costa. Até parece que são oposição. No Governo, desde os mais cinzentos até ao imaginativo e excêntrico António Pires a palavra de ordem é atacar António Costa. E governam nos intervalos. Conclusão: a direita já perdeu o sono com o futuro secretário-geral do PS.

**J. C. CASTELO BRANCO**



## PS/Lisboa promove visitas de trabalho às freguesias de Lisboa

Consciente que "é essencial uma política de proximidade e relacionamento com todos os autarcas, para a prossecução do nosso projeto político", o PS/Lisboa, liderado pelo camarada Duarte Cordeiro, está a realizar um conjunto de visitas de trabalho nas freguesias da cidade. **J. C. CASTELO BRANCO**

**NESTE ÂMBITO**, os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (CML) Duarte Cordeiro, com o pelouro da Higiene Urbana e Estruturas de Proximidade, e Jorge Máximo, com o pelouro do Desporto, Obras e Sistemas de Informação estiveram no passado dia 7 de novembro na Freguesia da Penha de França, onde tiveram uma reunião de trabalho com o Executivo socialista da Jun-

ta de Freguesia para fazer o ponto de situação de alguns projetos e questões relacionadas, por exemplo, com higiene urbana e repavimentação de artérias. Seguiu-se, da parte da tarde, uma visita a alguns pontos da Freguesia, em que estiveram também presentes membros do Secretariado da Concelhia. A zona envolvente do forte de Santa Apolónia e as vi-

las Gadanho, Saraiva e Janira foram alguns dos locais percorridos, o que permitiu aos vereadores verificar "in loco" alguns problemas colocados pelo Executivo da Junta de Freguesia. Recorde-se que este périplo pelas freguesias teve início no dia 24 de outubro em São Domingos de Benfica, com a presença do vereador Manuel Salgado e do Secretariado da Concelhia. ■

### ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



15 de novembro de 1984

### AUTARCAS QUEREM SOARES EM BELÉM

**EM ENCONTRO** nacional, mais de 500 autarcas socialistas de norte a sul do país propõem Mário Soares como candidato do PS às eleições presidenciais. Esta era a manchete da edição de 15 de novembro do "Acção Socialista", órgão oficial do PS, que na altura tinha periodicidade semanal e era vendido nas bancas. Dirigido pelo camarada Alfredo Barroso, o "Acção Socialista", que era particularmente acarinhado pela direção do PS, tinha amplas instalações para a sua redação na CEIG, gráfica ligada ao nosso partido, no Dafundo. ■ **J. C. C. B.**



AGENDA PARA A DÉCADA

## PS tem estratégia para o país que faltou à direita

O Governo de Passos Coelho e Paulo Portas fracassou porque iniciou funções sem ter uma estratégia para o país, limitando-se a ter "um programa de ajustamento", apontou António Costa, em Castelo Branco, numa sessão com militantes socialistas onde apresentou a Agenda para a Década.

**PARA O CANDIDATO** a secretário-geral do PS, o Executivo de direita "acreditou que cumprindo à risca esse programa e indo mais além do que a própria 'troika', produziria o milagre de resolver os problemas estruturais do país". António Costa realçou o fracasso do atual Governo, que não diminuiu a dívida, "não acertou ainda numa única meta do seu orçamento e ainda não conseguiu produzir um único orçamento que não fosse contra a Constituição". O Governo, acrescentou, "conduziu [o país] à estagnação económica, aumentou brutalmente o desemprego, os níveis de empobrecimento, retomou um ciclo de emigração como não tínhamos desde o 25 de abril, e a verdade é que está neste momento perdido, sem encontrar soluções para a falta de estratégia e ausência de programa". O também candidato socialista a primeiro-ministro venceu de seguida que não é possível ser-se Governo sem ter uma visão estratégica e adiantou que o Executivo Passos-Portas, "se tivesse uma visão estratégica não estava hoje perdido, sem saber o que fazer perante o fracasso do programa de ajustamento".

"É isso que o país tem que resolver. Construir a alternativa, não é só substituir a direita pelo PS. É garantir que o próximo Governo do PS fará diferente do que a direita fez", disse.

E, segundo António Costa, a primeira diferença está no facto de

que o PS "tem uma estratégia para o país e a direita não tem". Depois, Costa explicou a importância de ter uma agenda para a década: "o país precisa de um rumo, de uma visão do seu futuro e de estratégia para o seu futuro. Sei que não é hábito os partidos apresentarem visões estratégicas, mas se há algo que tem faltado ao país é precisamente essa visão e essa estratégica".

Adiantou ainda que há uma opção de fundo que separa o PS do atual Executivo: "O Governo acreditou e acredita que o país se desenvolverá a partir de uma estratégia de empobrecimento coletivo, de redução dos salários, da diminuição de direitos e desmantelamento do estado social".

Todavia, concluiu, "estes três anos demonstraram que este caminho conduz ao empobrecimento mas não conduz ao desenvolvimento". Um dia antes, António Costa esteve em Bragança para explicar a Agenda para a Década, documento que reúne as principais ideias que projeta para os próximos dez anos.

### Valorizar o interior do país

No auditório Paulo Quintela, disse à plateia socialista do distrito que um dos objetivos fundamentais da agenda é valorizar o interior do país, de forma a globalizar a economia portuguesa.

António Costa defendeu que é necessário descentralizar os serviços e criticou a reforma judiciária

que, em setembro encerrou cinco comarcas no distrito.

O candidato a secretário-geral do PS frisou ainda que é necessário ter uma estratégia transversal a vários sectores para valorizar o interior do país e acusou o Governo de se concentrar a atacar o Partido Socialista e a fazer oposição à oposição, afirmando que está na hora de mudar de lugar.

"Não é por acaso que, nas últimas semanas, a propósito ou a despropósito, cada membro do Governo que fala é para bater e atacar o Partido Socialista e o que eu acho extraordinário é que com tantos problemas que existem em Portugal, com tantos problemas que os portugueses têm, o Governo em vez de se concentrar a fazer o que devia, que é governar e resolver os problemas do país, se concentre a atacar o Partido Socialista e a fazer oposição à oposição", declarou. Para o candidato socialista a primeiro-ministro, "dá vontade de dizer que, se de facto estão com tantas saudades de serem oposição e já estão tão cansados de serem Governo, então vão mesmo para a oposição".

"Os portugueses também já estão muito cansados de eles serem Governo e está na hora de mudar o Governo em Portugal", afirmou. António Costa insistiu que o atual Governo PSD/CDS-PP "fracassou nos seus objetivos, está esgotado nas suas soluções e que é incapaz de assegurar os mínimos da governação do país". ■ **M.R.**

EDITORIAL

## FIM DE CICLO

MARCOS SÁ

[marcos.sa.1213](https://twitter.com/marcos.sa.1213) [@marco55](https://facebook.com/marco55)



“Chegou a hora da mudança e de termos um Governo socialista, liderado pelo camarada António Costa, e um Presidente da República da área socialista, para em conjunto devolver a esperança e reconstruir Portugal

Os últimos acontecimentos, nomeadamente nas áreas da Justiça e Educação, dois pilares fundamentais da nossa democracia, demonstram que o Governo está com todos os sintomas de fim de ciclo, ao mesmo tempo que o PS, sob a liderança de António Costa, se mostra a cada dia que passa como a alternativa de progresso, desenvolvimento e justiça social capaz de devolver a esperança aos portugueses.

A incompetência e desnorte que geraram gravíssimas crises na Educação, com um início de ano letivo caótico, e na Justiça, em verdadeiro estado de "Citius", teriam de ter consequências políticas óbvias: a demissão de Nuno Crato e Paula Teixeira da Cruz.

Mas nada aconteceu. O primeiro-ministro não só não os demitiu, como, pasme-se, reafirmou que aqueles governantes foram excelentes escolhas. E tudo isto com o silêncio ensurdecido e cúmplice do Presidente da República.

Este cenário político confrangedor, a par dos resultados desastrosos e do Orçamento do Estado para 2015 apresentado pelo Governo Passos/Portas, demonstra que o ciclo da direita está esgotado. Acabou no Governo e na Presidência da República.

Chegou a hora da mudança e de termos um Governo socialista, liderado pelo camarada António Costa, e um Presidente da República da área socialista, para em conjunto devolver a esperança e reconstruir Portugal, com base num projeto progressista de crescimento económico sustentado e defensor dos principais valores do nosso partido. ■



ANTÓNIO COSTA APRESENTA MOÇÃO

# PS quer maioria absoluta

O PS quer alcançar uma maioria absoluta nas próximas eleições legislativas, condição essencial para a formação com força política para se bater na União Europeia pela defesa dos interesses nacionais.

**PARA INVERTER** a tragédia em que a direita mergulhou Portugal, o candidato socialista António Costa apresentou no passado dia 7 de novembro, em Coimbra, a sua moção de estratégia política ao XX Congresso Nacional, depois de um dia antes ter formalizado a candidatura ao cargo de secretário-geral do partido.

Moção onde está definida a estratégia do PS para os próximos dois anos e enquadrada no documento de médio prazo uma Agenda para a Década.

Com contributos oriundos de diversas estruturas de reflexão

política, designadamente provenientes do Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal (LIPP) e da Convenção Novo Rumo, a moção defende, entre um conjunto de outras medidas, a recuperação dos rendimentos das pessoas, dando prioridade aos pensionistas, reposição integral dos salários dos funcionários públicos, já em 2016, eliminação até 2020 da sobretaxa do IRS e outros elementos de regressividade do imposto e a equidade na tributação dos rendimentos do trabalho, de capitais e prediais. O documento apresentado pelo

futuro secretário-geral do PS defende ainda o aumento sustentado do salário mínimo nacional, que em janeiro de 2015 deverá atingir 522 euros, valorização dos recursos nacionais, modernização da atividade económica e do Estado e investimento na Cultura, Ciência e no reforço da coesão social.

A necessária competitividade da economia portuguesa terá de passar, ainda segundo o candidato socialista a primeiro-ministro, não pela insistência na estratégia de empobrecimento coletivo, assente em baixos salários, re-

dução de direitos e desmantelamento do Estado, como tem vindo a suceder ao longo destes últimos três anos com o atual Governo de direita, mas na conquista de uma via que aposte na qualificação das pessoas e empresas e na modernização da economia, que garantam uma economia competitiva numa sociedade decente, de trabalho digno e prosperidade partilhada. Governar, defende António Costa, "também é fazer acontecer e nós não nos resignamos à fatalidade da crise, que queremos enfrentar e vencer".

Por isso, garantiu, o futuro programa de Governo do PS, em articulação com a estratégia da Agenda para a Década, vai inverter o atual ciclo de empobrecimento, através de um programa de recuperação da economia e do emprego, centrando nas empresas, "mediante a criação de condições e iniciativas públicas" que estimulem o investimento, a produtividade e a internacionalização, aspetos essenciais "ao crescimento e emprego".

Chegou a hora de afirmar uma alternativa e construir uma nova maioria, pondo termo a um



ta

ção de um Governo estável e coerente,

Governo que abusou da austeridade, que cortou nos salários de quem trabalha e nas pensões de quem fez os seus descontos ao longo de toda a vida, que agravou a pobreza e as desigualdades e mandou os jovens emigrar, que aumentou a dívida pública em vez de a reduzir, que nunca foi capaz de cumprir uma meta orçamental, nem foi capaz de fazer um único Orçamento que não fosse contra a Constituição, que paralisou a Ciência, minou a confiança dos agentes económicos e gerou o caos nos tribunais e nas esco-

las, como demonstrou o trágico início deste ano escolar.

#### Enfrentar a Europa

Para encarar e superar a crise não basta, na perspetiva de António Costa, um programa de ajustamento. É necessário, por um lado, que o país se bata na União Europeia para que o euro não seja só uma moeda única, mas uma moeda comum às diferentes economias, reforçando a coesão e retomando a convergência e, por outro lado, a nível nacional, que o país seja capaz de enfrentar os seus bloqueios estruturais,

com um programa que “vá à verdadeira raiz” dos défices de competitividade da sua economia. É isto porque, como acentuou, a crise que Portugal atravessa não tem natureza conjuntural e não é exclusivamente nacional, mas “sistémica à zona euro” e radica nas dificuldades de adaptação da economia portuguesa ao triplo choque competitivo que representaram a “adesão ao euro, o alargamento a leste e a abertura dos mercados à escala global”. Mas Costa quer ir mais além e discutir na União Europeia a possibilidade de criação de mecanismos de monitorização e gestão da parcela da dívida pública dos Estados que exceda os limites estabelecidos por Maastricht dos 60% do PIB, ajudando deste modo a que se possa contornar o actual obstáculo do estrangulamento do investimento provocado pelo excessivo peso da dívida pública, problemática que “está a afetar o desenvolvimento de Portugal e a contribuir para a estagnação da sua economia”.

#### Resposta ao empobrecimento

Outro dos aspetos altamente negativos, em resultado da política deste Governo, prende-se com o exponencial empobrecimento de largas camadas da população portuguesa. Inverter este ciclo é outra das tarefas que merecem da parte de António Costa um especial ênfase.

Para Costa, é forçoso que o futuro programa de Governo do PS aposte na recuperação da economia e do emprego, nomeadamente, e entre outras medidas, através de um acordo de concertação, como forma de conferir estabilidade e expectativa de confiança na política de rendimentos, quer ao nível do quadro fiscal, quer na “sustentabilidade financeira do Estado Social”. Aspetos que, para o futuro líder do PS, assumem um carácter essencial no relançamento económico, não deixando de olhar também para o necessário crescimento das exportações e para a substituição das importações, privilegiando a procura interna.

#### Vida interna

Na sua intervenção, o futuro secretário-geral do PS não deixou de ter um olhar para dentro do partido, tendo saudado as eleições primárias, classificando-as de “uma expressiva manifestação de vitalidade democrática e de abertura à sociedade”. Garantiu que o PS aprovará em

Convenção Nacional, na primavera do próximo ano, o programa de Governo para a legislatura de 2015/2019 e que em breve irá entregar um projeto de revisão dos estatutos, no qual sobressaem dois objetivos centrais: a consagração da possibilidade de realização eleições primárias nacionais como solução permanente na escolha do secretário-geral e para os candidatos a cargos políticos e que os mandatos eletivos voltem a ser de dois anos. Outras das medidas defendidas respeitam à atribuição à Comissão Nacional, órgão máximo entre congressos, a competência para, por maioria absoluta e no quadro da avaliação do exercício da liderança, provocar eleições diretas antecipadas, mediante aprovação de uma moção de cen-

sidência da República. O PS apoiará nestas eleições presidenciais, garantiu António Costa, um candidato oriundo da sua área política que “honre, renove e atualize a herança notável de Mário Soares e Jorge Sampaio, que desempenharam com exemplar dignidade, competência, patriotismo e respeito pela Constituição, os seus mandatos, prestigiando o país e constituindo-se como referência e fator de confiança e unidade para todos os portugueses”.

#### Desbloquear diálogo à esquerda

Portugal não pode adiar por mais tempo a resolução dos gravíssimos problemas criados pelo Governo do PSD/CDS. A atual proposta de Orçamento do Estado

“Ao apresentar a minha candidatura faço-o com sentido de dever, espírito militante, mas com a emoção de dar continuidade à História de um grande partido, nacional e popular, depositário dos valores do movimento socialista, social-democrata e trabalhista”

sura, ou ainda, que os congressos extraordinários possam ter competência eletiva por decisão da Comissão Nacional.

A utopia realizou-se. Em 2011 a direita cumpriu o seu velho sonho de conquistar uma maioria, um governo e um presidente. Em menos de três anos esta realidade confirmou-se um pesadelo para os portugueses, lembrou António Costa, “que vivem a longa agonia de um Governo fracassado, esgotado e incapaz”.

Para Costa, a democracia “exige compromissos sérios e não suporta mais promessas incumpridas”, garantindo que é a credibilidade que gera a confiança e só esta fortalece a política.

#### Eleições presidenciais

Se nada entretanto acontecer, o que ainda não é garantido, no outono de 2015 os portugueses vão ser chamados a participar em eleições legislativas. Meses depois, já em 2016, nova chamada a eleições, desta vez para a Pre-

para 2015 foi, para António Costa, a última oportunidade para o Governo inverter ou, pelo menos, “evoluir na sua política”.

Agora, “já ninguém pode ter a expectativa de uma mudança com este Governo”, que é “totalmente incapaz de inverter o ciclo económico e a trajetória de degradação social”.

É absolutamente contraproducente, defendeu, deixar o país ser “arrastado na irremediável agonia do Governo da direita”.

Na sua intervenção, o futuro líder socialista não deixou também de enviar recados às esquerdas à esquerda do PS, lembrando-lhes as suas responsabilidades de também contribuir, “no Governo ou no Parlamento”, para a resolução dos problemas nacionais, congratulando-se com a “positiva emergência de novos movimentos políticos que procuram quebrar o sectarismo anti-PS que tem bloqueado um diálogo útil na esquerda portuguesa”. ■ R.S.A.

50 ANOS DA ACÇÃO  
SOCIALISTA PORTUGUESA

# UM MARCO HISTÓRICO NA VIDA DOS SOCIALISTAS

Em 2014 comemoram-se os 50 anos da Acção Socialista Portuguesa (ASP). Foi exactamente a 7 de abril de 1964 que os camaradas Mário Soares, Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa se reuniram em Genebra e fundaram a ASP.



**AS ORGANIZAÇÕES** políticas criadas por militantes socialistas desde os anos 40 do século XX – Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista, União Socialista, Partido Trabalhista, Frente Socialista, Resistência Republicana mais tarde Resistência Republicana e Socialista (RSS) - foram sendo sucessivamente desmanteladas devido à repressão da ditadura salazarista.

A criação da ASP, uma organização dirigida para a ação, onde cabiam todos os socialistas combatentes, foi um passo fundamental para a resistência antifascista e nascimento do Partido Socialista em 1973.

Na altura, Mário Soares mantinha a sua atividade de advogado, desenvolvendo a sua atividade política a partir de Lisboa, Manuel Tito de Morais representava a RRS na Frente Patriótica de Libertação Nacional, organização unitária com sede em Argel, e Francisco Ramos da Costa residia em Paris depois de ter estado implicado no golpe de Beja de 1961.

“A ASP é um movimento político dos portugueses que buscam nos ideais socialistas a resposta aos problemas do nosso tempo, e procura organizá-los para o combate pela instauração, em Portugal, da democracia socialista”, começa as-

sim a declaração de princípios da Acção Socialista Portuguesa intitulada “Uma Democracia Socialista para Portugal” divulgada após a reunião de três dias no Hotel Moderne de Genebra.

Ao mesmo tempo, Manuel Tito de Morais diria numa entrevista: “Ao constituir-se, a ASP voltou-se quase exclusivamente para o interior do país, no que se refere à organização (...), apesar de ter registo formal no estrangeiro”.

Mário Soares conta em entrevista a Maria João Avillez: “Foi um embrião. Os partidos estavam proibidos por lei, uma associação colocava-nos fora dessa alçada”.

As portas estavam abertas para os contactos internacionais e em nome do movimento, Tito de Morais e Ramos da Costa passaram a ter presença nos congressos de prestigiados partidos políticos europeus e conferências internacionais.

“Herdeira de uma tradição socialista que, entre nós, já conta mais de um século, com Antero de Quental e José Fontana, integrando lições e experiências diversas como o apostolado cooperativista e democrático de António Sérgio, a doutrinação do grupo Seara Nova e as tentativas feitas, já durante o fascismo, desde a Aliança Re-

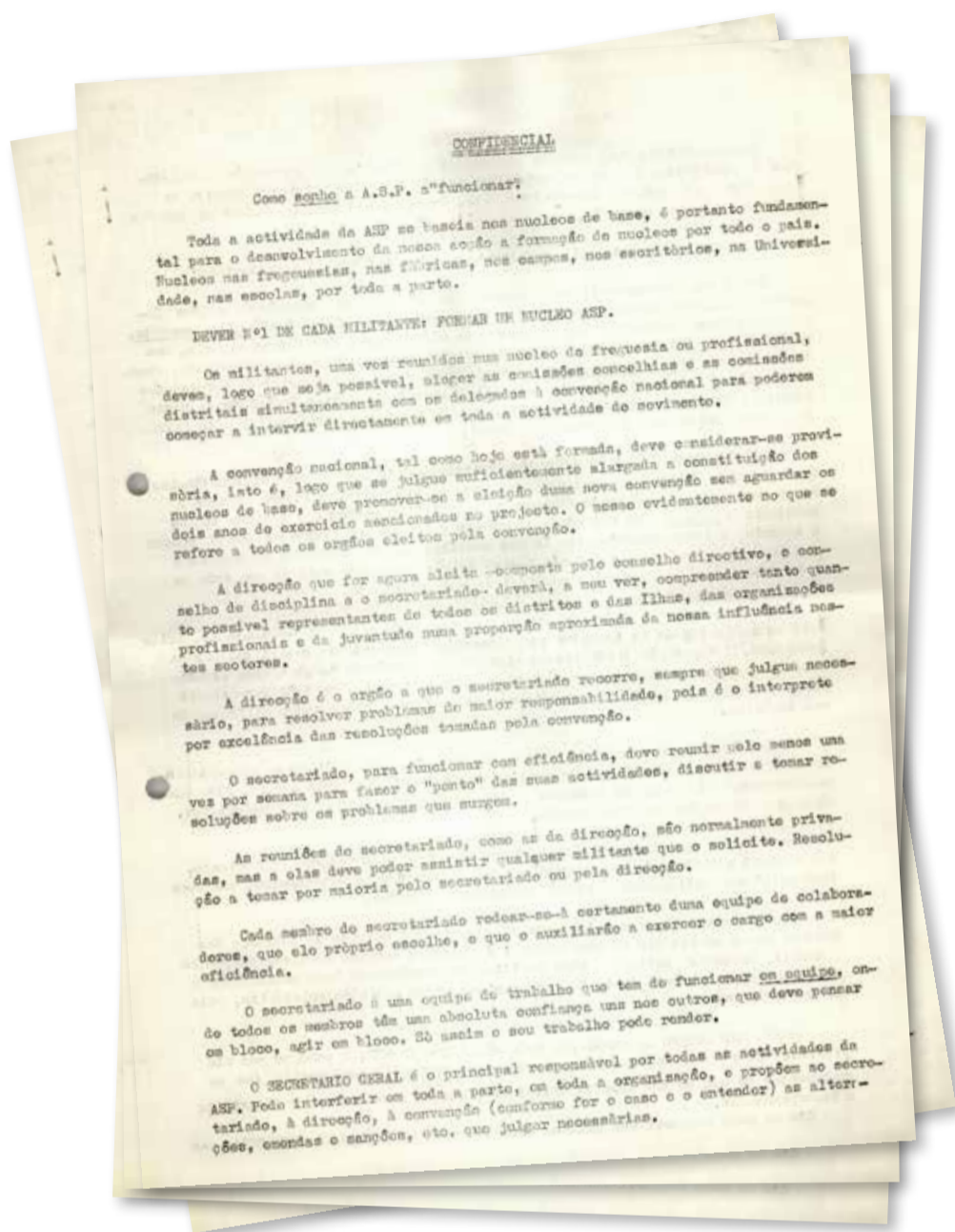
publicana e Socialista, ao Grupo de Acção e Doutrinação Socialista, à União Socialista e à Resistência Republicana e Socialista a ASP pretende ser o núcleo polarizador do futuro Partido Socialista Português”.

## “Portugal Socialista” nasce em 1967

Ao mesmo tempo que a atividade da ASP se dinamizava em Portugal, no estrangeiro formaram-se núcleos da ASP que eram constituídos por refugiados políticos e emigrantes

## DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA ASP

“A ASP é um movimento político dos portugueses que buscam nos ideais socialistas a resposta aos problemas do nosso tempo, e procura organizá-los para o combate pela instauração, em Portugal, da democracia socialista”



económicos que abraçavam o socialismo. Os núcleos mais importantes na Europa encontravam-se na Grã-Bretanha, Alemanha e França.

Em 1967, a ASP fundou o jornal "Portugal Socialista", cuja primeira edição sai no 1º de Maio, Dia do Trabalhador, e tem como diretor o camarada Manuel Tito de Morais.

ropeia, a ASP cria um núcleo de sindicalistas socialistas, a Acção Sindical Portuguesa, através de contactos com emigrantes portugueses, operários e classes médias urbanas. A criação de uma rede internacional de apoio à causa dos socialistas portugueses rendeu-lhes a entrada na Internacional Socialista (IS) em 1972, depois de

#### MANUEL TITO DE MORAIS NA CONVENÇÃO DE 1970

"Existimos como força política nacional e alargamos cada vez mais a nossa influência na condução da luta pela instauração da democracia no nosso país".  
"É a hora. Ontem era demasiado cedo. Amanhã será demasiado tarde".

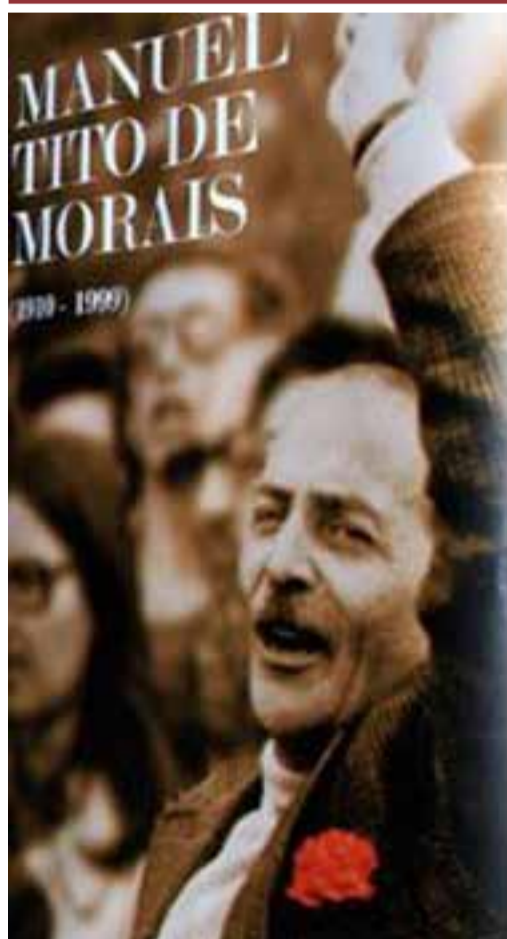
Logo no início da década de 1970 surge o desejo de aprofundar o processo organizativo, por forma a fazer face às exigências da IS e do contexto político-ideológico.

Na convenção de 1970, Manuel Tito de Morais diria: "Existimos como força política nacional e alargamos cada vez mais a nossa influência na condução da luta pela instauração da democracia no nosso país". "É a hora. Ontem era demasiado cedo. Amanhã será demasiado tarde". Após a inserção na política eu-

um pedido formal endereçado a 11 de maio do mesmo ano.

No dia 19 de abril de 1973, o Congresso da Acção Socialista Portuguesa reunido, por motivo de segurança, na República Federal da Alemanha e constituído por representantes vindos expressamente de Portugal e dos núcleos militantes da República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Itália, Suécia e Suíça deliberou transformar a ASP em Partido Socialista.

Fonte: Associação Tito de Morais



<http://www.titomorais.pt>



**Associação Tito de Morais**

CENTRO DO PAÍS

## Deputados do PS questionam Governo sobre estratégia ferroviária

Os deputados socialistas José Junqueiro, Elza Pais, Acácio Pinto e Ana Paula Vitorino solicitaram ao Governo que esclareça qual a estratégia que tem definida para a região centro do país em matéria de ferrovia.



**NUM REQUERIMENTO** enviado ao ministro da Economia, Pires de Lima, os parlamentares perguntam que conceito está definido para o "ramal de Viseu" e se será construído o corredor Aveiro-Salamanca. Pretendem ainda saber se o Governo vai ou não intervir na requalificação na linha da Beira Alta. "Vai ou não existir uma estação ferroviária em

Viseu? A existir, estará ligada a que corredor ferroviário?", questionam também.

No pedido de esclarecimentos ao Governo, os quatro deputados socialistas querem ainda ser informados "em que rubrica e em que documento se encontra consignada a verba necessária".

José Junqueiro, Elza Pais, Acácio Pinto e Ana Paula Vi-

torino consideram que está, mais uma vez, lançada publicamente uma enorme confusão sobre a matéria da ferrovia.

"Fala o Governo no 'ramal de Viseu', mas nada refere quanto ao corredor ferroviário Aveiro-Viseu-Salamanca, nem tão-pouco, em matéria de requalificação, à linha da Beira Alta", afirmam.

Os deputados do PS referem ainda a "Plataforma da A25" - constituída pelos autarcas PSD de Guarda, Viseu e Aveiro que "fez anunciar que tinha consensualizado uma solução para o país, nomeadamente para as regiões centro-norte: um corredor ferroviário de raiz, em linha com a opinião do Governo anterior".

No entanto, acusam, "em pa-

ralelo, este Governo, falou em 1500 milhões de euros para aplicar neste projeto da ferrovia, mas não se consegue ver definido, em concreto, em nenhum quadro oficial, esta verba".

Os parlamentares do PS sublinham ainda que "as dúvidas atingem os agentes económicos, nomeadamente o Conselho Empresarial do Centro". ■



## PS quer informação sobre o programa de rescisões por mútuo acordo

Um grupo de deputados socialistas questionou o ministro da Educação e Ciência sobre a adesão de professores ao programa de rescisões por mútuo acordo.

**NO REQUERIMENTO** dirigido ao governante, os deputados Odete João, Acácio Pinto, Carlos Enes, Agostinho Santa, Rui Pedro Duarte, Elza Pais e Pedro Delgado Alves lembram que as autorizações só foram anunciadas "a escassos dias da abertura do ano escolar", facto que "criou mais entropias na estabilização do corpo docente das escolas e

agrupamentos, que já haviam preparado o arranque do ano letivo e atribuída componente letiva aos docentes".

"Este programa e o apuramento final dos abrangidos somente no final do mês de agosto contribuiu e agravou, ainda mais, a complexa colocação de docentes nas escolas, que, em alguns agrupamentos, ainda se arrasta

até ao presente dia de hoje, com irreparáveis consequências para alunos, professores e restantes comunidades educativas, de norte a sul do país", sublinham ainda os parlamentares do PS.

Neste contexto, os deputados socialistas pretendem que o ministro esclareça "qual a verba total que o Ministério das Finanças disponibilizou para o programa

de rescisões por mútuo acordo", bem como "o número de requerimentos de rescisões por mútuo acordo entregues, por nível de ensino e grupo de recrutamento". Os deputados querem também saber "a razão pela qual o Ministério não concluiu atempadamente a análise dos processos e a respetiva comunicação, de modo a permitir a substitui-

ção dos docentes antes do início do ano letivo" e qual o "número final de rescisões autorizadas por nível de ensino e grupo de recrutamento".

Tendo em conta que muitos requerimentos foram indeferidos, os deputados pedem também informação sobre os critérios usados e os fundamentos que os sustentam. ■ **J.C.C.B.**





FERRO RODRIGUES ACUSA

## Passos e Portas são os gémeos siameses da austeridade

O Orçamento do Estado (OE) para 2015 é “desresponsabilizador e pouco responsável, feito sem ouvir os avisos de ninguém”, afirmou o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Ferro Rodrigues, acusando Passos Coelho e Paulo Portas de serem “os gémeos siameses da austeridade”. **J. C. CASTELO BRANCO**

**FERRO RODRIGUES**, que falava no encerramento do debate na generalidade da proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2015, afirmou que as conclusões que podem ser tiradas desde 2011, com a entrada deste Executivo em funções, “são relativamente simples, apesar da complexidade dos tempos que vivemos: falhou a estratégia; falhou a tática; falharam as medidas; foram os adversários proclamados que permitiram limitar os danos da estratégia errada; a confusão na atual maioria, desde os irreversíveis tempos do verão de 2013, nunca tinha voltado ao patamar em que está hoje, o patamar da ‘salgalhada’”. O líder da bancada socialista

defendeu que este orçamento é “desresponsabilizador e pouco responsável, feito sem ouvir os avisos de ninguém, em que o pouco que lá está de positivo foi proposto a contragosto por imperativo do Tribunal Constitucional, e não por iniciativa do Governo. Um Governo sem coragem de assumir erros e muito menos com capacidade para aprender com eles. Isto é que é irrevogável”.

Na sua intervenção em que arrasou o Orçamento do Estado apresentado pela direita, Ferro Rodrigues disse “a única coisa que ficou como irrevogável foi que o PSD e CDS, dr. Passos e dr. Portas, são os gémeos siameses da austeridade. Estão condenados a ir até ao fim jun-

tos e a prestar, juntos, contas aos portugueses”.

Para o líder da bancada socialista, “cada dia em que este orçamento e este Governo este-

**FERRO RODRIGUES**

“Cada dia em que este orçamento e este Governo estejam em vigor é mais um dia de aumento da desconfiança. Dia a dia, a democracia vai perdendo vigor, os populismos avançam”

jam em vigor é mais um dia de aumento da desconfiança. Dia a dia, a democracia vai perdendo vigor, os populismos avançam”. Neste quadro, considerou que “quando um Governo está esgotado e esgota Portugal, a responsabilidade do Presidente aumenta. E não é do futuro do Governo que se começa a tratar, mas do futuro do regime democrático”.

Ferro Rodrigues sustentou que é neste contexto “que se deve colocar a questão do calendário eleitoral para 2015”. Ou seja, explicou, “fora de quaisquer interesses mesquinhos, individuais ou partidários, mas assumindo que para o regime democrático faria toda a diferença a disputa de eleições le-

gislativas com tempo para formar uma solução governativa forte e que devolva a esperança ao país”.

“Há que preparar com tempo o orçamento de 2016. Um orçamento capaz de ser um primeiro passo para mobilizar Portugal”, acrescentou.

O líder da bancada socialista desmontou ainda a última estratégia do Governo da direita. “Como não surtiu efeito a tentativa de atrelar o PS ao comboio da austeridade empobrecedora, como não conseguiram pôr o PS a participar nesta farsa de desinformação e contrainformação, nada melhor que remeter para o próximo Governo as trapalhadas. Chama-se a isto desresponsabilização”. ■

## UMA AGENDA ESTRATÉGICA PARA A DÉCADA

MARIA MANUEL  
LEITÃO MARQUES



“ A Agenda Estratégica para a Década propõe objetivos para um país seguro de si, menos desigual, mais coeso de um ponto de vista territorial, social e cultural, mais aberto ao mundo para o conseguir

Na próxima década deveremos ser capazes de responder a alguns constrangimentos, entre os quais o aumento da pobreza ou o défice de qualificações e de competitividade, mas também de aceitar o desafio da modernização, valorizando os nossos recursos de uma forma mais integrada: as pessoas que residem em Portugal ou os portugueses que residem no estrangeiro; o nosso território; as nossas relações com outros países, do espaço lusófono, do espaço ibero-americano, da bacia do Atlântico e naturalmente da União Europeia. Para enfrentar o desafio da modernização e combater o empobrecimento, não basta, porém, defender um conjunto de medidas e iniciativas programáticas de curto prazo. O desafio da modernização exige continuidade nas políticas, escolhas estratégicas, avaliação rigorosa de resultados. É por isso necessária uma intervenção estrutural a médio e longo prazo, que seja debatida e concertada com os parceiros sociais, a sociedade civil, centros de conhecimentos e de saber, e outras forças políticas. A Agenda Estratégica para a Década é a proposta de António Costa para atingir esse objetivo, um tipo de intervenção menos usual nos partidos políticos, mas indispensável para Portugal. Foi elaborada a partir de contributos de muitas pessoas, produzidos individualmente ou em plataformas de discussão e reflexão política. É uma proposta para mais do que uma legislatura, devendo traduzir-se nos programas de Governo que a venham a operacionalizar.

Não se ignora nesta agenda o problema da dívida, mas pressupõe-se que nunca o poderemos resolver se não formos mais competitivos, se não produzirmos mais riqueza e se, também para isso, não investirmos na ciência e na inovação; se não formos mais ousados na modernização e internacionalização das nossas empresas; se não valorizarmos o trabalho; se não aproveitarmos a nova vaga de desenvolvimento tecnológico de forma transversal (na educação, na saúde, e não só na economia), desde as tecnologias para a mobilidade, à conectividade generalizada das coisas, a chamada “internet das coisas”; se não tivermos serviços públicos mais simples e modernos, que não constituam entraves ao investimento e pelo contrário o facilitem; se não formos mais qualificados, mais cultos e informados.

A agenda propõe, assim, uma visão integrada da ação política em função de objetivos transversais comuns: a cultura pode favorecer as indústrias criativas; a ciência pode ajudar à coesão do território, à exploração sustentável dos recursos do mar; a tecnologia pode permitir manter serviços públicos de grande proximidade, mas com mais eficiência na gestão dos recursos disponíveis. O exemplo das lojas do cidadão de segunda geração mostrou que não se trata de uma fórmula impossível.

Em vez de um país diminuído e empobrecido, a Agenda Estratégica para a Década propõe objetivos para um país seguro de si, menos desigual, mais coeso de um ponto de vista territorial, social e cultural, mais aberto ao mundo para o conseguir. Se não pensamos estrategicamente por grandes objetivos, dificilmente sairemos de uma dinâmica de empobrecimento para uma dinâmica sustentada de modernização. ■

SÓNIA FERTUZINHOS defendeu que a redução de funcionários da Segurança Social irá degradar ainda mais a qualidade dos serviços



### SEGURANÇA SOCIAL

## Contra a tempestade dos despedimentos

A vice-presidente da bancada socialista Sónia Fertuzinhos considera “gravíssima” a decisão anunciada pelo Governo de enviar para o desemprego mais cerca de 700 trabalhadores da Segurança Social.

**INTERVINDO** no Parlamento, a deputada do PS defendeu que esta redução de funcionários da Segurança Social irá “degradar ainda mais a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos” advogando que grande parte do impacto desta eufemística “requalificação”, como a designou o ministro Mota Soares, “será já suportada pelo Governo que sair das próximas eleições legislativas de 2015”.

Se a medida for em frente, salientou a deputada socialista, os cerca de 700 funcionários que agora correm o risco de irem para o desemprego, juntar-se-ão aos outros dois mil que nos últimos três anos foram igualmente afastados da Segurança Social, o que corresponde a perto de 18%. Depois de lembrar que as despesas com pessoal na Segurança Social não representam mais do que 1,1%, Sónia Fertuzinhos criticou o Governo por insistir em mais cortes, questionando o ministro quantos serviços públicos ou privados têm apenas esta

percentagem com despesas de pessoal, não sem antes ter lamentado que os sindicatos não tivessem sido consultados antes da decisão do Executivo.

#### Decisão inédita

Também o deputado socialista Nuno Sá reagiu à decisão anunciada pelo Governo de dispensar perto de 700 funcionários da Segurança Social, acusando o primeiro-ministro de faltar à verdade. Trata-se, segundo Nuno Sá, de uma decisão “inédita” e sem “precedentes” em Portugal que poderá pôr em causa que o Instituto da Segurança Social possa prosseguir com as suas competências e assegurar as funções sociais a

que está obrigada.

A posição do deputado socialista surgiu depois de ter sido divulgado um despacho do secretário de Estado da Administração Pública, Leite Martins, onde se aprova a redução de perto de 700 postos de trabalho e se autoriza a que sejam seguidos os trâmites necessários para “dar início ao processo de racionalização de efetivos”.

Perante este cenário, Nuno Sá preveniu o Governo que esta deliberação, caso venha mesmo a avançar, será mais um contributo para o caminho da desresponsabilização do Estado que “o PSD e o CDS têm vindo a trilhar”, abrindo espaço para a gestão privada da Segurança Social. ■ **R.S.A.**

#### SÓNIA FERTUZINHOS

“Esta redução de funcionários da Segurança Social irá degradar ainda mais a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos”

“As despesas com pessoal na Segurança Social não representam mais do que 1,1%”

## OE para 2015 não cumpre regras da Comissão Europeia

“As previsões [de outono da Comissão Europeia] confirmam e validam tudo aquilo que o Partido Socialista disse: o Orçamento do Estado para 2015 não tem qualquer credibilidade”, afirmou o deputado João Galamba, reagindo à revelação de que o défice estimado para Portugal em Bruxelas é de 3,3% e não os 2,7% avançados pelo Governo.



**O DOCUMENTO** da Comissão tornado público no início de novembro deu a conhecer ainda que a dívida pública no próximo ano ficará nos 125,1% do PIB, acima dos 123,7% previstos, e que a economia portuguesa crescerá abaixo das previsões do Executivo de direita. “O PS entende que esta é uma oportunidade para renegociar as metas do défice e torná-las compatíveis com a realidade económica e social do país”, apontou João Galamba, refe-

rindo de seguida que “está na altura de ser realista e renegociar, tal como outros Estados-membros fizeram”. De referir que se as previsões da Comissão se concretizarem, Portugal manter-se-á sujeito a um Procedimento de Déficit Excessivo. A Comissão Europeia prevê também que a economia portuguesa cresça apenas 1,3 por cento no próximo ano, abaixo dos 1,5% estimados pelo Executivo.

“Estas previsões confirmam que tudo aquilo que o PS disse no debate orçamental foi confirmado e validado, porque estamos perante dados que são todos negativos para o Governo. Segundo a Comissão Europeia, a meta do défice não será cumprida, o crescimento e as receitas fiscais serão mais baixos do que o esperado”, reafirmou o deputado socialista João Galamba. Perante este cenário, reiterou a tese de que o Orçamento do Es-

tado para 2015 “não tem qualquer credibilidade” ao nível do quadro macroeconómico, referindo-se depois à recente garantia dada por Pedro Passos Coelho, que disse fazer “ponto de honra” em deixar Portugal fora do Procedimento por Déficit Excessivo no final do próximo ano. “Se é um ponto de honra, então terá de apresentar medidas adicionais. E renegociar” advogou João Galamba, que recusou também a opção da mi-

nistra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, de desvalorizar as previsões da Comissão Europeia. “As previsões da Comissão não são meras previsões, porque é a entidade com autoridade face ao cumprimento das regras orçamentais. O primeiro-ministro e a ministra das Finanças não podem reagir de forma ‘blasé’, como se fosse apenas uma previsão com a qual o Governo discorda”, contrapôs o deputado socialista. ■ **M.R.**



## AUTARCAS SOCIALISTAS ACUSAM Governo não cumpre acordo com ANMP

Os autarcas socialistas acusam o Governo de estar a incumprir o acordo alcançado em julho com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

**NUM COMUNICADO** assinado pelo seu presidente, José Luís Carneiro, a Associação Nacional dos Autarcas do PS (ANA/PS) critica o Executivo de Passos Coelho por não estar a cumprir “algumas das principais alterações à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso”, como, por exemplo, a possibilidade de uma autarquia delegar “no presi-

dente a competência para autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis”. “O compromisso de criação de um novo ‘mecanismo de maior autonomia e responsabilização das autarquias’ foi, até ao momento, grosseiramente incumprido. Desde logo, quando o Governo propõe um infundado limite de 35% de despesas com pessoal que retira

qualquer margem de gestão autónoma a mais de dois terços dos municípios”, lê-se no documento. Para além disso, a associação dos autarcas socialistas salientou que o “Governo não cumpriu ainda o compromisso de reduzir o IVA aplicado à iluminação pública”, para além de que “continua por cumprir o processo de ‘monitorização do

impacto das variações das receitas das autarquias, incluindo, nomeadamente, o IMI e o IMT”. Desta forma, a ANA/PS considera que o presidente da ANMP, Manuel Machado, tem razão quando afirma publicamente que “o Governo, além de não cumprir elementos essenciais do acordo estabelecido com a ANMP, revela uma

tendência negativa de intrusão nas atribuições e competência cometidas ao poder local”. Recorde-se que no final de outubro, o presidente da ANMP mostrou-se em “clara e inequívoca” discordância com o Orçamento do Estado para 2015, por este não cumprir o acordo estabelecido entre aquela organização e o Governo. ■

